



RELATO DE EXPERIÊNCIA*

HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA: o papel da Educação na promoção da diversidade sociocultural

Luis Rafael da Silva Valadão¹

Resumo:

O presente relato de experiência está ancorado no processo de fortalecimento e de promoção da legislação sobre a inserção da história e da cultura indígena no âmbito da educação e do aprofundamento sobre a história dos povos indígenas de Goiás. Desse modo tornando-se extremamente necessário a introdução, no processo de formação dos futuros docentes, esses estudos. Especificamente, houveram dois momentos distintos, porém ambos na Universidade Estadual de Goiás – UEG/ Unidade Universitária de Porangatu: o primeiro, dentro da disciplina de História de Goiás, quando abordado sobre os povos indígenas e a relação com a ocupação do território goiano, com os acadêmicos dessa disciplina no curso de Licenciatura em História e, o segundo, dentro da Jornada Acadêmica da UEG/UnU Porangatu, através de um minicurso interrelacionando história e cultura indígena e o papel da educação, com acadêmicos de diferentes cursos. Como base bibliográfica usou-se autores como Chaim (1992), Pedroso (1994), Kayapó (2019), Palacin (1992), Brasil (2008) e outros, além de material audiovisual, o filme-documentário intitulado de Avá-Canoeiro: a teia do povo invisível de Mara Moreira (2006). Através dessas experiências, pode-se concluir que se não houver um trabalho de efetiva promoção da diversidade sociocultural no âmbito educacional, continuaremos, infelizmente, a assistir a contínua ação de descaracterização, de assimilação e de extermínio dos povos indígenas em nosso país e que, a educação superior tem papel fundamental em todo esse processo, pois não basta apenas a Lei é preciso que haja efetiva promoção de ações que fomentem a aplicabilidade da mesma, e acima de tudo, que as escolas e os agentes educacionais estejam preparados para atuarem de forma mais efetiva.

Palavras-chaves: Educação; Povos Indígenas; História e Cultura Indígena.

Introdução:

Há uma emergência cada vez maior em trabalhar as temáticas de História e Cultura Indígena, seja no âmbito da educação básica ou no ensino superior, pois a própria legislação vigente fornece subsídios para que isso ocorra e, também na busca incessante por uma

¹ Graduado em Licenciatura em História - FINOM, Especialista em Educação para Diversidade Direitos Humanos e Cidadania – UFG, Docente Substituto na Universidade Estadual de Goiás – UEG/ Campus Norte/ Unidade Universitária de Porangatu, Porangatu - Goiás. E-mail: luis.valadao@ueg.br. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0826308432119599>

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 3ª ED. REALIZADO PELO GRUPO DE TRABALHO EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENAS DA ANPUH-GO E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS. DE 20 DE AGOSTO A 12 DE NOVEMBRO DE 2022.



sociedade mais igualitária, conhecedora de suas raízes e, acima de tudo, que respeite a diversidade étnico-cultural tão presente em nosso país. Em uma sociedade tão plural como a brasileira e, que infelizmente tem-se aprofundado o extremismo, é preciso atitudes cada vez mais firmes, e a educação, básica ou superior, não pode se furtar de sua responsabilidade quanto ao processo formativo.

Em se tratando do ensino superior, os cursos de licenciatura, por excelência, devem promover a abordagem sistêmica dessa temática, pois o processo crítico-reflexivo, tão inerente à academia, permite que haja a busca por um ensino pautado na construção de bases sólidas para uma formação humanística e de respeito a diversidade, sendo então o ambiente de formação superior o lugar ideal para construir uma educação inclusiva. Desse modo, pensar formas de aprofundar e refletir sobre as relações sociais existentes tanto no ambiente escolar quanto fora dele, deve fazer parte do DNA da Universidade, seja nos cursos de formação docente, seja nos demais cursos.

Infelizmente, tem-se a falsa ideia de que é somente no âmbito da formação docente que se deve trabalhar questões como as relações étnico-raciais, a diversidade, a promoção social etc., pois ainda se percebe o docente como formador social, esquecendo que as relações sociais fora do ambiente escolar, também moldam e direcionam as atitudes dos indivíduos, principalmente numa sociedade tão tecnológica como estamos vivendo, onde o acesso a conteúdos e as relações se constroem com tanta facilidade.

As análises aqui constantes foram obtidas através de dois momentos distintos, ambos na Universidade Estadual de Goiás – UEG/Campus Norte/ Unidade Universitária de Porangatu. Como sou docente do curso de Licenciatura em História, achei por bem trabalhar a temática indígena de uma maneira diferente dentro da disciplina de História de Goiás, com um total de 14 acadêmicos (as) do 8º período do Curso de Licenciatura em História, tendo em vista que na própria grade da disciplina a temática Povos Indígenas já é contemplada, contudo o trabalho deveria ir além do contexto meramente curricular. O segundo momento surge com a Jornada Acadêmica da mesma Unidade Universitária, onde resolvi propor um minicurso que abordasse o papel e a relação da Educação com a História e Cultura Indígena, mas que não ficaria restrito apenas ao curso de História, desse modo o minicurso teve a participação de aproximadamente 20 acadêmicos(as) e docentes, de diferentes cursos, História, Geografia, Educação Física e outros.



Os projetos pensados vão se dividir em dois objetivos distintos, apesar de o pano de fundo ser os Povos Indígenas e as relações socioculturais, desse modo o primeiro momento, na disciplina de História de Goiás, teve como objetivo “promover uma análise sobre as populações indígenas que viviam e vivem no território de Goiás ao longo do processo de ocupação e expansão territorial”. No segundo momento, na Jornada Acadêmica da UnU Porangatu, teve como objetivo “promover uma análise crítico-reflexiva sobre a história e a cultura indígena e, correlaciona-la com o processo formativo da educação superior”.

A justificativa para tratar sobre a temática Indígena, independente de qual momento, está ancorada na necessidade de romper as relações de discriminação, subjugação e apagamento a qual as populações indígenas são vítimas desde o “descobrimento” do Brasil, além disso, é preciso que o processo formativo na educação superior seja capaz de fornecer bases para que isso ocorra, desse modo, trabalhar a interrelação entre história e cultura indígena e a educação torna-se primordial para o pleno exercício dos futuros docentes.

Como vai ser possível perceber, o Relato de Experiência tanto na discussão dos assuntos quanto nos Resultados estará dividido em dois blocos/momentos, contudo, ambos envolvem a temática indígena: num primeiro momento sobre os povos indígenas e a ocupação do território de Goiás; no segundo, a relação entre a educação, a história e a cultura indígena.

Desenvolvimento:

Analisar a relação dos povos indígenas e a ocupação do território de Goiás, perpassa de uma perspectiva meramente dos acontecimentos do século XVIII, pois é possível perceber os reflexos desse processo ao longo de todo o século XVIII, XIX, XX e até a atualidade. Alguns autores e autoras buscam construir a história dos povos indígenas de Goiás através dos relatos e das fontes do período de ocupação do território pelos bandeirantes em busca de ouro, já que é ao longo desse processo que os povos indígenas goianos passaram a ser conhecidos, temidos, aldeados ou exterminados.

Pedroso (1994), Chaim (1992), Palacin (1992) e outros já discorrem sobre a História dos Indígenas aqui no território de Goiás e dá pra se ter uma ideia dos danos que a ocupação dessa região provocou nos grupos indígenas,

“A exploração aurífera e o povoamento do Brasil Central pelos portugueses provocaram intensos conflitos com os índios, habitantes naturais destas terras. Lutas foram travadas, resultando na extinção de grupos indígenas e em sua redução em aldeamentos oficiais, desencadeando, assim, movimentos migratórios em várias direções.” (PEDROSO, 1994, p. 17)



Nesse pequeno trecho já se tem uma ampla ideia do que os povos indígenas tiveram que enfrentar com a chegada dos bandeirantes. Constantemente, inclui-se a educação, há uma tentativa de minimizar os eventos e os danos causados pelo processo de ocupação dos bandeirantes nas populações indígenas que aqui viviam.

Pensar a ocupação do território de Goiás e não tratar sobre as populações indígenas que aqui existiam e foram sendo dizimadas e/ou realocadas, seja migrando para regiões próximas ao Rio Araguaia ou nos aldeamentos, é o mesmo que contar a história pela metade. Os aldeamentos e a política pombalina no trato com os indígenas fizeram-se ressoar também em Goiás, onde

“Durante o Século XVIII, mais precisamente na segunda metade do Século, a política indigenista na capitania de Goiás pautou-se pela tentativa de integração do índio através dos aldeamentos, [...] A política oficial até o período pombalino, apresentava-se oscilante, ora a favor dos interesses dos colonizadores, ora a favor dos silvícolas, dando origem a medidas contraditórias no que tangia ao problema do cativo indígena.” (CHAIM, 1992, p. 175-176)

É preciso, contudo, perceber que a realidade dos povos indígenas em Goiás, se tornara um pouco particularizante, no sentido de que aqui as práticas de ocupação e de aldeamento estavam exclusivamente alicerçadas na assimilação e/ou no extermínio, essa segunda opção sendo amplamente empregada. Chaim (1992, p. 176) diz que

“Em Goiás, a política indigenista a partir de Pombal (1750), voltar-se-á para o "aliciamento do índio ao convívio pacífico com o colonizador através de sua catequese e aldeamento. Porém, mesmo a partir de então, a técnica de dominação pela força, será frequentemente preferida.”

E a autora continua,

“A pacificação do silvícola da região goiana será alicerçada na catequese leiga e no aldeamento do gentio hostil: [...] os aldeamentos representavam, de um lado, núcleos segregacionistas, mas, objetivando aculturar o índio de forma a transformá-lo em mão-de-obra.” (1992, p. 176).

Essa forma de tratar o indígena no século XVIII aqui em Goiás, acaba por ressoar nos séculos seguintes, a amnésia social, expressada por Palacin (1992), permite-nos avaliar como a sociedade goiana construiu a sua relação com esses povos indígenas. No mesmo texto Palacin, nos apresenta duas hipóteses para entender e/ou explicar esse bloqueio na memória coletiva, dizendo que,



“Culturalmente, o desprezo pela cultura indígena sempre impediu que o índio fosse considerado algo diferente de um selvagem; [...]. Moralmente, a política do Governo e da Igreja que propugnava a “civilização” do índio, fez com que a prática de extermínio seguida pelos colonos fosse interiorizada como um crime a ser esquecido.” (PALACIN, 1992, p. 59-60)

Ao longo do processo ocupacional a dualidade de como os povos indígenas eram tratados estava claro, seja em momentos de pacificação em aldeamentos, seja pela expulsão e o extermínio. A partir de 1750 com os descobertos de ouro entrando em declínio, o autor RAVAGNANI (1996, p. 223-224) diz que “As bandeiras tinham agora como objetivo secundário atacar as tribos que encontrassem, deixando o território livre e os povoados tranquilos. [...] o indígena “passou a ser considerado um intruso que deveria ser morto ou expulso da área [...]”, ficando claro os objetivos do colonizador ao ocupar o território.

Se por um lado a ocupação dos bandeirantes provocou uma conturbada “relação” com os povos indígenas, por outro, esses mesmos povos indígenas souberam se reinventar para sobreviverem aos constantes ataques, seja pela fuga ou pela resistência. Em se tratando de resistência, muitos grupos indígenas optaram por realizar confrontos diretos contra o colonizador, seja atacando as minas de ouro, os arraiais ou os caminhos que ligavam o território de Goiás a Província de São Paulo. Sobre esses ataques, Palacin (1992) esclarece que

“No Sul, a guerra contra os Caiapó foi longa e dura. [...] Pires de Campos, que trazendo uma tropa de 500 Bororós se comprometia a “desinfetar” os caminhos do sul dos Caiapós. [...] Com a total decadência da mineração e a consequente ruralização das populações, espalhando-se pelos campos, o relacionamento com os índios, adquiriu uma nova virulência no centro e no norte da província. [...] Assim aconteceu com os canoieiros, na região do Maranhão (rio Maranhão), os Xavantes no Araguaia, os Cherentes (Xerentes) no Tocantins” (1992, p. 61-62)

Não raro, os Arraiais eram alvos de constantes ataques, como esclarece Palacin (1992, p. 62) “Os índios chegaram a arrasar alguns arraiais como o de S. João da Palma e Matanças, tornando muito precária a situação de muitos outros: São Felix, Tesouras, Pontal, Amaro Leite etc.”. Em busca de solucionar essa problemática, Palacin (1992) expõe as falas do presidente da província, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, relata que as expedições em 1836, além de não conquistar êxito em abater os indígenas, surtiu o efeito contrário, deixando mortos entre os expedicionários e um número considerável de prisioneiros, feitos pelos indígenas.

Como se pode perceber a relação de hostilidade entre bandeirantes e indígenas se perpetua por praticamente dois séculos. É somente na segunda metade do século XIX que ações de efetiva “paz” através dos aldeamentos, começam a surtir os efeitos na diminuição da



hostilidade das populações indígenas que viviam no território goiano. Contudo, Palacin (1992, p. 64) enfatiza que “Só os índios Avá-Canoeiros se recusaram constantemente a qualquer aproximação.”. Os Avá-Canoeiros foram sendo constantemente atacados e exterminados, Moreira (2006) em seu filme-documentário, *Avá-Canoeiro: a teia do povo invisível*, descreve a triste realidade vivenciada por essa população ao longo dos séculos, expondo através de relatos de um episódio recente de extermínio sofrido por essa nação

“[...] começou então a história de um dos massacres mais cruéis e covardes do branco contra um povo indígena. Mesmo lutando heroica e corajosamente na defesa do seu território, o Avá-Canoeiro não pode resistir a ambição sangrenta do colonizador, tornou-se aos poucos o povo invisível. [...]” (Moreira, 2006, transcrição do vídeo.)

E prossegue,

“Destruição, violência, morte, marcas que o Avá-Canoeiro trazem de seu trágico passado. [...] A história dos Avá-Canoeiro é uma história brilhante e ao mesmo tempo trágica [...] defenderam seu território, brigaram, foram mortos no século XVIII, XIX e XX e nunca se entregaram, [...]. Nem toda coragem e determinação do Avá-Canoeiro puderam evitar o genocídio.” (Moreira, 2006, transcrição do vídeo.)

Tanto Moreira (2006) em seu filme-documentário, quanto Palacin (1992) descrevem um dos últimos grandes massacres sofrido pelo povo Avá-Canoeiro, onde,

“A ocupação progressiva de suas terras, e as represálias dos colonos foram-nos reduzindo a pequenos grupos errantes. Essa situação chegou até os nossos dias. Em 1962 teve lugar a última chacina de índios canoeiros, cercados e aniquilados sistematicamente por fazendeiros e posseiros na Mata do Café (município de Formoso).” (Palacin, 1992, p. 64)

Como se percebe acontecimentos traumáticos e desumanos acometeram os povos Avá-Canoeiros a mais ou menos 6 décadas atrás, e ainda assim esses eventos não fazem parte do cotidiano das discussões sociais e/ou acadêmicas, sendo preciso romper com a barreira da “amnésia”, do esquecimento ao qual esses e tantos outros povos indígenas foram postos. A história de Goiás está ancorada no processo de ocupação, de riqueza, de luta, de resistência, de fuga e de extermínio, onde na sua maioria o indígena está representado nas realidades mais cruéis de todo esse processo histórico.

Nessa primeira parte do projeto, com os alunos da Disciplina de História de Goiás, por estar inserido dentro da disciplina, buscou um processo mais dinâmico e de interação, deixando aberto para a intervenção dos(as) acadêmicos(as), estando assim dividido: a) disponibilização de material, livro e artigos, para leitura, conhecimento e/ou aprofundamento sobre a temática; b) momento expositivo e de interação sobre o assunto; c) utilização de material audiovisual,



filme, sobre o povo Avá-Canoeiro, para assim focalizar sobre a problemática da interação dos povos indígenas com os “colonizadores”.

Na segunda parte do projeto, instigado e munido dos conhecimentos aprofundados no Curso de História e Culturas Indígenas, promovido pela UEG Campus Sudoeste – Quirinópolis/ Grupo de Trabalho História e Culturas Indígenas – ANPUH-GO/ Secretaria Municipal de Educação de Goiânia – SME/ Gerência de Formação dos Profissionais da SME - GERFOR, e atendendo ao chamamento da comissão organizadora da Jornada Acadêmica da UEG/UnU Porangatu, disponibilizei o minicurso interrelacionando a História e a Cultura Indígena e o papel da educação na promoção sociocultural.

Para compor a base bibliográfica, além de textos sobre os povos indígenas em Goiás, Chaim, Pedroso e Palacin, utilizou-se também textos de autores como Edson Kayapó, Marcia Ramos e Marlene Cainelli e outros, que a tanto vem falando sobre a importância de a educação ser o elo de ligação entre os povos indígenas e não indígenas. As discussões envolvidas ao processo de apropriação da educação como mecanismo de promoção da diversidade sociocultural na realidade brasileira, envolvem o estabelecimento e a defesa contundente de que os povos indígenas foram e estão sofrendo constantemente com o extermínio, a assimilação forçada e a perda de suas identidades.

Aqui retorno a fala de Palacin (1992) sobre a amnésia social vivenciada pela sociedade goiana, mas, acima de tudo esse esquecimento precisaria de um lugar/espço para que pudesse ser gestado e propagado, servindo a assim a Escola para esse fim. Por isso, Kayapó (2019) diz que,

“As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo da história nacional.” (KAYAPÓ, 2019, p. 58)

O ambiente escolar que deveria, na prática, ser de espaços plurais, da observância e da harmonia da diversidade sociocultural, se tornou e tem tornado, espaços de propagação de estereótipos e de busca por homogeneização social. Em se tratando dos povos indígenas, a construção histórica e a representação historiografia se fez sentir na forma como estes foram e são vistos. Kayapó (2019, p. 58) diz nos que

“[...] a escola nacional criou historicamente o mito do índio genérico — que fala o tupi, adora Tupã, vive nu nas florestas etc., representado nas escolas repleto de estereótipos, sobretudo por ocasião do dia 19 de abril, data comemorativa do dia do índio”.



É esse processo educativo que precisa ser discutido. Em paralelo as mudanças na educação básica, o ensino superior deve mostrar-se coerente com essa realidade que se pretende modificar. As discussões, formações e aperfeiçoamentos no âmbito das licenciaturas precisam estar ancoradas no enfrentamento dessa dúbia situação, onde o indígena não deve ser posto como o selvagem hostil ou o pacífico domesticado, como bem a historiografia brasileira o descreve, deixar essa visão romântica do indígena cunhada na história do século XIX e partir para uma visão humanística sobre os povos indígenas.

Tanto Kayapó (2019) quanto Ramos e Cainelli (2018) são unânimes em focalizar a problemática dos povos indígenas a partir de suas análises sobre como estes estão inseridos no currículo escolar e no livro didático. Kayapó citando Bittencourt (2019, p. 69) fala que “Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização, sendo que, nos períodos posteriores à constituição do Estado Nacional, desaparecem de cena”, isso se dá principalmente em virtude da ideia de desaparecimento ao qual os indígenas foram vítimas ao longo do século XIX e XX.

A organização coletiva dos Povos Indígenas, principalmente a partir da década de 1970, tem surtido efeitos, seja na representatividade sociopolítica e jurídica, seja nas condições educacionais e de saúde e também de visibilidade. Com isso, os avanços na busca por uma educação mais plural e heterogênea fez surgir a Lei nº 10. 639/2003 que depois deu espaço a Lei nº 11. 645/2008 que altera o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LBD, 1996), com a seguinte redação,

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)”. (BRASIL, 2008)

Apesar da existência de uma lei tornando obrigatório o estudo da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira, o que se vê é um lento processo de adequação. As escolas ainda estão imersas ao “Dia do Índio” a uma curricularização romântica da figura mitológica



do indígena. Os livros didáticos, como esclarece Ramos e Cainelli (2018), já começam gradativamente a promover mudanças consideráveis sobre como os povos indígenas são retratados, suas origens, suas histórias, culturas, crenças, tradições e mitos. Por outro lado, há uma lentidão que promove um abismo entre a promulgação da Lei, a primeira em 2003 e a segunda em 2008, e a sua efetiva aplicabilidade, o que por seu turno tem sido responsável pelo débil avanço socioeducacional brasileiro em se tratando da relação com os povos indígenas.

Em ambos os momentos, disciplina e minicurso, o quantitativo de pessoas esperada não ultrapassaria 15. Em se tratando do minicurso não estava esperando grande quantidade de inscritos, apesar de ter disponibilizado 40 vagas, tendo em vista que não é uma temática que faz parte do cotidiano das discussões, seja no âmbito social ou educacional aqui na região. Apesar disso, cerca de 20 pessoas participaram do minicurso, entre acadêmicos e professores de diversos cursos, o que se tornou extremamente produtivo, pois trazer as visões de diferentes disciplinas para um mesmo debate acaba por promover uma diversidade de pensamentos, opiniões e, quem sabe, soluções para a problemática debatida.

Em ambos os momentos, a exposição dialogada está ancorada em diversos textos que tratam sobre a temática, utilizando recursos didáticos pedagógicos como Datashow e caixa de som pode-se apresentar fontes textuais, imagens e vídeos. E, entre esses vídeos a apresentação de trechos do Programa Falas da Terra (Globo, 2021), dos filmes-documentário *Avá-Canoeiro: a teia do povo invisível* (Moreira, 2006) e *Taego ãwa* (Borela; Borela, 2017).

Resultados:

Na primeira etapa do projeto, com os alunos da disciplina de História de Goiás, percebeu-se que tanto quanto estudar os aspectos ocupacionais desse território era também importante analisar os habitantes nativos e a interrelação destes com o processo ocupacional. Se torna perceptível o enfoque na realidade dos bandeirantes, da mineração de ouro, da fundação dos arraiais, sem mesmo aprofundar sobre os grupos indígenas e, quando citados, na sua maioria de forma genérica, baseado na hostilidade ou na aceitabilidade com relação ao colonizador.

Sendo assim, foi preciso ir além das leituras historiográficas e, por vezes, dos rasos debates acadêmicos. Buscando uma maior imersão, levei os(as) acadêmicos(as) a interpretação dos textos lidos a uma conjunção com material audiovisual, assim, os filmes-documentário *Avá-Canoeiro: a teia do povo invisível* (Moreira, 2006) e *Taego ãwa* (Borela; Borela, 2017)



foram fundamentais para descrever tão claramente como o processo de ocupação do território refletiu e ainda se faz sentir nos povos indígenas, em especial o Avá-Canoeiro.

Se tornou bastante proveitoso a utilização dos vídeos, pois a partir de ambos, os diálogos sobre a temática foram se formando. Por ser um momento, dentro do contexto de sala de aula, os acadêmicos foram buscando pontos de interlocução entre os vídeos, os textos e claro a aplicabilidade desse conhecimento em sala de aula, num contexto de sociedade goiana. Ficou evidente que muitos acadêmicos, pouco ou quase nada sabem sobre os povos indígenas de Goiás, menos ainda sobre a realidade atual dessas populações. E, em vista disso, trouxe para a discussão, dados constantes no site Instituto Socioambiental – ISA (2022) sobre os Povos Indígenas do Brasil, incentivando assim a pesquisa sobre tal temática.

Sobre o material audiovisual, enquanto o filme-documentário dirigido por Moreira (2006) faz uma retrospectiva do povo Avá-Canoeiro, o Taego ãwa (Borela; Borela, 2017), trata mais precisamente sobre o grupo instalado próximo ao Araguaia e a sua ligação com antigos territórios e a luta por manter viva a sua cultura, tradições e a língua mesmo convivendo tão cotidianamente com outros povos como os Javaé. Desse ponto, os acadêmicos passaram a se questionar sobre os verdadeiros impactos nas populações indígenas, não somente os impactos ocorridos no século XVIII, mas os ocorridos posteriormente, os aldeamentos forçados envolvendo grupos étnicos diferentes (Acroás, Xacriabás, Xerentes, Xavantes, Kayapó) e acima de tudo as finalidades desses aldeamentos.

Perceber que o alunado, fazendo uma análise crítica sobre as temáticas, conseguirá reter mais informações e conseqüentemente mudar a sua concepção socioeducativa ainda tão colonizadora, é que torna essas aulas cada vez mais importantes. Quando em dado momento do filme-documentário Avá-Canoeiro: a teia do povo invisível (Moreira, 2006) a indígena desta etnia relata sobre as perseguições “pou, pou, pou mata índio” e as fugas e, que as crianças eram silenciadas ainda no ventre materno, era visível o desconforto no rosto dos acadêmicos. As perguntas que fizeram são: Como em pleno 1962 povos indígenas foram perseguidos e mortos no Brasil? Como um país não assume a responsabilidade de cuidar e proteger suas nações indígenas? Como a sociedade fecha os olhos para as atrocidades, de outrora e da atualidade, que assolam os povos indígenas brasileiros?

São perguntas que na visão dos acadêmicos devem fazer parte das discussões em sala de aula, na educação básica e superior, independentemente do contexto que está estudando, se a colonização ou a atualidade. Para eles, ainda mais nas relações sociais atuais, onde as práticas



de exclusão, preconceito e discriminação parecem não chegar ao fim, a escola e os docentes possuem papel fundamental, assim, a escola como centro de pluralidade deve exercer essa função. Os acadêmicos relataram a falta de estudos aprofundados, ou quando os tinham, sobre os povos indígenas goianos, que mesmo tendo uma Lei de 2008, as escolas e os currículos pouco ou nada se modificaram. A crítica dos acadêmicos aos seus professores de História se torna ainda mais aguda, uma vez que, na percepção deles, principalmente na disciplina de História, deveria ocorrer essa desconstrução colonial que há muito assola os povos indígenas, que deixar para trás as concepções assimilacionistas e/ou de extermínio perpassa uma mudança de consciência educativa e social.

Na segunda etapa, na apresentação do minicurso, buscou-se aproximar e discutir o papel da educação no processo de promoção sociocultural envolvendo a História e a Cultura Indígena. O que ficou evidente é que apesar da pouca relação direta com a temática, foi possível perceber que os(as) acadêmicos(as) e professores que estavam presentes ali, demonstraram através das discussões que é possível a mudança de consciência e de atitude e, que sim, a educação tem papel fundamental nessa mudança.

Sempre que começo uma discussão, gosto de ouvir o quanto o público conhece sobre a temática que será abordada. Por isso, antes de mais nada, o primeiro questionamento que fiz foi: O quanto você conhece/entende da História e das Culturas Indígenas brasileiras? Bastou fazer essa pergunta para ficar visível nos participantes o desconforto, seja por terem uma ideia estereotipada, seja por pouco ou nada saberem sobre a pergunta. A pergunta tinha surtido o efeito de provocação, de tirar aqueles indivíduos do conforto criado pelos anos de descaracterização dos povos indígenas.

Passado o impacto inicial do questionamento sobre o quanto conheciam sobre história e cultura indígena, buscou-se trazer a discussão um pouco mais para perto, falar sobre os Povos Indígenas de Goiás, ou do que restaram pós processo de ocupação. Sem surpresa nenhuma, e parafraseando Palacin (1992) ao falar de amnésia social quando trata sobre a ausência do índio na memória goiana, os presentes pouco ou nada souberam falar sobre tal. Evidentemente Palacin estava certo sobre o apagamento total dos povos indígenas aqui em Goiás, seja pela política de extermínio, seja pela a assimilação ou pelo esquecimento, e nesse caso, o esquecimento fez seu papel, tanto que boa parte da população goiana desconhece a história dos povos indígenas que aqui viviam, ou se ainda existem remanescentes destes no território.



Viu-se constatado pelas expressões e poucas falas, que o sistema de ensino goiano não trabalha a realidade histórico-social dos povos indígenas que viviam/vivem no território. Tornou-se visível que falar sobre Tapuia, Avá-Canoeiro ou Karajá, já que são esses três povos que vivem no território goiano na atualidade, parece ser algo distante, sem interrelação com a história e o cotidiano deste lugar, é como se isso fosse algo extremamente externo. Contudo, mesmo essa região, conhecida como Sertão de Amaro Leite, e mais precisamente o Arraial do Descoberto da Piedade, núcleo fundacional de Porangatu, esteve sobre constantes ataques dos indígenas Avá-Canoeiro, como esclarece Cunha Mattos (apud Almeida; Pina, 2018).

Ao serem afetados com as perguntas, tornou-se visível que eles buscavam, através das discussões, dos questionamentos, perceberem o seu papel quanto educador, sejam de História, Geografia ou Educação Física. Um ponto de extrema relevância dentro desse processo, foi o envolvimento interdisciplinar. Eu estava ali quanto professor de História, falando para acadêmicos(as) de História, Geografia e Educação Física, e em dado momento, dois colegas, justamente de Geografia e Educação Física, que estavam participando também, fizeram duas contribuições incríveis, que elevou o patamar da discussão para o âmbito da interdisciplinaridade.

O professor de Geografia, Dr. Rodrigo Lima Santos, levou a discussão da temática indígena para o âmbito da cartografia das terras indígenas, o que nos proporcionou uma discussão sobre o papel da demarcação das terras indígenas. Manter essas populações em suas terras representa a preservação da ancestralidade, das tradições, dos rituais e das relações socioculturais, como bem expressada no filme Taego ãwa (Borela; Borela, 2017). Já o professor de Educação Física, Esp. Silas Alberto Garcia, trouxe-nos a perspectiva cada vez mais crescente, ao demonstrar a inserção das danças indígenas como prática educacional, mexendo com todo o conjunto de práticas interdisciplinares. A partir dessa relação, fica visível que não é somente função da disciplina de História trabalhar os Povos Indígenas, é papel da Escola e dos atores que compõem o processo de desenvolvimento socioeducacional.



Imagem 01: Socialização do Minicurso – Jornada Acadêmica da UEG/UnU Porangatu;
Fonte: Organização do Evento (2022).

Quando lançada a pergunta de “Qual é o papel da escola no processo das relações socioculturais?” a discussão tomou vertentes diversas, surgindo análises sobre o papel do professor, o papel da gestão escolar, o currículo, o papel do estado, a aplicabilidade da legislação em vigor, e todos esses questionamentos acabaram por provocar um novo olhar sobre qual é o papel da Educação, mais ainda numa realidade brasileira de relações tão plurais.

Foi visível perceber como as discussões foram tomando forma, seja elas em sentidos convergentes ou divergentes. Muitas vezes os participantes do minicurso, divergiam quanto a forma que a Lei nº 11.645/08 vem sendo posta em prática. Muitos enxergam o professor como o responsável final na aplicabilidade da mesma, contudo, salientavam que, responsabilizar unicamente o professor não fazia sentido e, assim levaram a discussão para o papel do Estado quanto promotor de ações efetivas da aplicação da lei.

A pergunta que eles faziam era: do que adianta a Lei nº 11.645/08 se não há ações de promoção da mesma, se os professores não recebem/recebiam formação, mesmo depois de 14 anos da promulgação da mesma, inicial e/ou continuada, se o currículo e os livros didáticos da nossa rede de ensino ainda promovem a estereotipação dos povos indígenas, se as escolas pautam a diversidade sociocultural apenas em data específicas como o Dia do Índio ou o Dia da Consciência Negra? São questões, que verdadeiramente levaram os debates para um outro nível, onde pensar qual de fato tem sido o papel da educação quando falamos em relações educacionais, sociais e culturais, de enxergar a diversidade existente nos ambientes escolares.



Imagem 02: Socialização do Minicurso – Jornada Acadêmica da UEG/UnU Porangatu;
Fonte: Organização do Evento (2022).

Para aprofundar a discussão também trouxe os trechos do Programa Falas Da Terra (Globo, 2021), onde reuniu representantes de diversos povos indígenas para falarem sobre as situações que esses povos vêm enfrentando desde a “descoberta” do Brasil. Os participantes do minicurso aproveitaram e criaram um elo de discussão sobre a utilização de pinturas que retratam a relação entre os indígenas e não indígenas, a pintura em questão é a representação da primeira missa em solo que viria ser Brasil. Tão comum nos livros didáticos, essa pintura despertou uma infinidade de questionamentos, que foram sendo debatidos pelos participantes, questionamentos esses tão caros ao processo de ensino brasileiro. Desse modo o que fica como ensinamento é: quais críticas podemos tirar dessa fonte histórica e como utiliza-la para a promoção da diversidade sociocultural e, acima de tudo, como ela poderá ajudar no desenvolvimento de uma sociedade mais plural e que respeite essa pluralidade.

Conclusão:

Diante dessa realidade educacional, e buscando uma proximidade entre a ação educativa e a promoção da diversidade sociocultural, fica evidente que ainda temos muito a caminhar. Nossos sistemas de ensino, básico e superior, apesar da conjunção de leis, caminham a passos curtos, por vezes parando, em direção ao reconhecimento da diversidade social em nossos ambientes escolares.

Contudo, é preciso o fortalecimento no processo de formação do ensino superior. O ciclo vicioso, negativamente falando, ao qual a educação nacional vem passando, precisa sofrer um rompimento, e esse rompimento só pode ser alcançado a partir de mudanças concretas no



processo de formação dos cursos de licenciaturas. Muitas universidades já possuem em seu currículo a inserção de estudos sobre a História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira, mas temos um hiato de aproximadamente 10 anos sem um efetivo caminhar em direção a plena execução da Lei nº 11.645/2008.

Concluiu-se que se não houver um trabalho de efetiva promoção da diversidade sociocultural no âmbito educacional, continuaremos, infelizmente, assistindo a contínua ação de descaracterização, de assimilação e de extermínio dos povos indígenas em nosso país e, que, a educação superior tem papel fundamental em todo esse processo, pois não basta apenas a Lei é preciso que haja efetiva promoção de ações que fomente a aplicabilidade da mesma, e acima de tudo, que as escolas e os agentes educacionais estejam preparados para atuarem.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Juliana de Freitas; PINA, Max Lânio Martins. **VISITA GUIADA AO SÍTIO HISTÓRICO DO DESCOBERTO: um relato de experiência.** In.: BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José [org.]. *Aprendizagens Históricas: rumos e experiências.* União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018, p. 240 a 248.

AVÁ-CANOEIRO: a teia de um povo invisível. Direção Mara Moreira. Brasil: Focus Entretenimento, 2006, 1h10min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qPYsulF1VBY&t=1180s>. Acessado em: 16/11/2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008.** Brasil: 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acessado em: 16/11/2022.

CHAIM, Marivone Matos. **Política indigenista em Goiás no século XVIII.** Revista de Antropologia, v. 30-32 (1987-1989), São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, p. 175 a 181. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:chaim-1992-politica> . Acessado em: 16/11/2022.

KAYAPÓ, Edson. **A diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil: o que a escola tem a ver com isso?** Educação em Rede, v. 7, p. 56-80, 2019. Disponível em: <https://ayalaboratorio.com/2021/05/21/a-diversidade-sociocultural-dos-povos-indigenas-no-brasil-o-que-a-escola-tem-a-ver-com-isso-por-edson-kayapo/> . Acessado em: 16/11/2022.

PALACIN, Luis. **A ausência do índio na memória goiana.** Ciências Humanas em Revista, jan./dez. 1992, p. 56-70. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto26/FO-CX-26-1534-1994.PDF>. Acessado em: 16/11/2022.



PEDROSO, Dulce Madalena Reis. **O POVO INVISÍVEL: a história dos Avá-canoeiros nos séculos XVIII e XIX**. Goiânia: UCG, 1994, 127p.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Instituto Socioambiental –ISA [On-line]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acessado em: 16/11/2022.

RAMOS, Márcia Elisa Teté; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. **As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios**. Revista História Hoje, v. 7, nº 14, p. 63-85 – 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/471>. Acessado em: 16/11/2022.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. **Os Primeiros Aldeamentos na Província de Goiás: Bororo e Kaiapó na Estrada do Anhanguera**. Revista de Antropologia (Universidade de São Paulo – USP), v. 39 nº I. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111630/109667>. Acessado em: 16/11/2022.

TAEGO ÆWA. Direção de Marcela Borela e Henrique Borela. Brasil: Vitrine Filmes, 2017, 1h15min. Disponível em: <https://www.itauculturalplay.com.br/>. Acessado em: 16/11/2022.

TV GLOBO. **Programa Falas da Terra**. Brasil: TV Globo, 2021, 43min. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9461865/?s=0s>. Acessado em: 16/11/2022.